
Sumário

Prefácio da 1ª Edição	1
Prefácio da 2ª Edição	3
Prefácio da 3ª Edição	5
Prefácio da 4ª Edição	7
Nota do Autor	9
Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980	11
Artigo 1º	13
1.1. A OAB e a LEF	15
1.2. Empresas públicas e a LEF	19
1.3. Aplicação subsidiária do CPC	23
1.4. Local competente para ajuizamento de executivo fiscal	25
Artigo 2º	29
2.1. Dívida ativa e sua executividade	29
2.2. Validade de planilhas fornecidas pelas Procuradorias	37
2.3. Valor cobrado pelo fornecimento de água e esgoto e a LEF	39
2.4. Juros de mora e correção monetária	40
2.5. Honorários sucumbenciais na Dívida Ativa	42
2.6. A dívida ativa e a suspensão da prescrição por 180 dias	46
2.7. O Termo de Inscrição de Dívida Ativa e a perda do processo administrativo	49
2.8. A Certidão de Dívida Ativa e seus efeitos	50
2.9. Dívida Ativa, CADIN, o Protesto do Título e SERASA	56
2.10. A prescrição de cinco anos e a Súmula Vinculante nº 8 do STF	65

2.11. O parcelamento inadimplido do crédito tributário e a contagem de sua prescrição	75
2.11.1. Parcelamento de ofício	86
Artigo 3º	93
3.1. Dívida Ativa e suas presunções	93
Artigo 4º	101
4.1 O redirecionamento ao espólio e/ou herdeiros	102
4.2. A execução fiscal e a responsabilidade do sócio gerente ou administrador	105
4.3. A constrição de bens do devedor e do sócio administrador	120
4.4. Dívida ativa não tributária e suas prerrogativas	121
4.5. Débitos fiscais da matriz e o patrimônio das filiais	122
4.6. Execução Fiscal, CDA e a empresa falida	123
Artigo 5º	131
5.1. A LEF e o juízo competente para seu processamento	131
5.2. A situação dos bens na execução fiscal aforada antes e depois da falência	135
5.3. Exclusividade do executivo fiscal pela Fazenda-autora	136
Artigo 6º	141
6.1. Requisitos básicos na petição inicial do executivo fiscal	141
6.2. A Inicial e a CDA constantes em documento único	143
6.3. A execução fiscal com dois ou mais débitos	144
Artigo 7º	151
7.1. O “cite-se” e suas consequências na execução fiscal	151
7.2. A fixação dos honorários sucumbenciais	155
Artigo 8º	159
8.1. A citação e o prazo para manifestação do executado	160
8.2. A citação e suas modalidades	161

Artigo 9º	175
9.1. Garantia da execução.....	176
9.2. Distinção entre Depósito-Pagamento e Depósito-Garantia	177
9.3. Bens de terceiros e fiança bancária.....	183
9.4. Seguro Garantia Judicial.....	186
Artigo 10.	195
10.1. A penhora forçada	195
10.2. A penhora de bens do sócio-gerente.....	201
10.3. A penhora sobre valor irrisório com relação à dívida fiscal.....	203
10.4. A impenhorabilidade absoluta do bem de família.....	205
10.5. A penhora e os bens do ex cônjuge do devedor	215
10.6. A nomeação de bem de família como garantia de execução	215
10.7. O bem de família e a data limite para arguição de sua impenhorabilidade.....	216
10.8. A impenhorabilidade dos bens que guarnecem o imóvel.....	217
10.9. A impenhorabilidade de bens de pequenas empresas	218
10.10. A impenhorabilidade de conta salário e investimentos bancários de até 40 salários mínimos	219
10.11. A penhora e a conta conjunta com devedor tributário	221
10.12. O excesso de penhora e o momento de sua arguição	224
Artigo 11	229
11.1. A penhora e sua ordem de preferência	230
11.2. O auto e o termo de penhoras	238
11.3. Da remoção dos bens penhorados.....	239
11.4. O depositário infiel e a prisão civil.....	239
11.5. A penhora ‘on-line’	241
Artigo 12.	255
12.1. Da intimação da penhora	255
12.2. Da intimação do cônjuge do executado.....	256

Artigo 13.	261
13.1. A penhora e os procedimentos de avaliação dos bens	261
13.2. A não concordância da avaliação	262
Artigo 14.	265
14.1. O registro da penhora	265
14.2. A fraude de execução	266
14.3. A caracterização de fraude frente à promessa de compra e venda de bem	269
Artigo 15.	277
15.1. A substituição dos bens na penhora	277
15.2. Redução da penhora	282
15.3. Reforço da penhora insuficiente e reabertura do prazo para embargos	284
Artigo 16.	287
16.1. A natureza jurídica dos embargos	287
16.2. O excesso de execução	289
16.3. Garantia do juízo e a suspensão da execução	290
16.4. Contagem do prazo para oposição de embargos	296
16.5. Contagem do prazo para oposição de embargos quando dispensável a garantia do juízo	301
16.6. A compensação nos embargos à execução	302
16.7. Procedimento dos embargos à execução	311
16.8. Da coisa julgada nos Embargos à Execução	314
16.9. Eficácia preclusiva da coisa julgada x Relativização da coisa julgada	316
16.10. Arguição de exceções na execução fiscal	321
16.11. Modelo de Embargos à Execução Fiscal	327
16.12. A Exceção de Pré-Executividade	333
16.13. Modelo de Exceção de Pré-Executividade	351

Artigo 17.	357
17.1. A impugnação dos embargos	357
17.2. A revelia da Fazenda exequente	357
17.3. Audiência de instrução e julgamento em sede de embargos	359
17.4. Chamamento do exequente para impugnar os embargos	361
17.5. Embargos meramente protelatórios – Multa	363
17.6. Execução fiscal provisória e execução fiscal definitiva	364
17.7. Da Audiência de Instrução e Julgamento	365
Artigo 18.	367
18.1. Manifestação da Fazenda-Exequente sobre a garantia da execução	367
18.2. Penhora insuficiente e extinção dos embargos	368
Artigo 19.	371
19.1. Remição de bens de terceiro	371
19.2. Penhora dos bens do sócio de sociedade de responsabilidade limitada	373
Artigo 20.	377
20.1. Os embargos à execução através de carta precatória	377
20.2. Competência para julgamento dos embargos: questões preliminares e de mérito	378
20.3. Competência para julgamento dos Embargos de Terceiros	380
Artigo 21.	383
21.1. A alienação antecipada dos bens	383
Artigo 22.	387
22.1. A publicação do edital	387
22.2. Prazos entre a publicação do edital e o leilão	388
22.3. A arrematação dos bens penhorados por terceiros	388
22.4. A arrematação dos bens penhorados pela Fazenda Pública exequente	391

22.5. Intimação do representante da Fazenda Pública.....	392
22.6. A arrematação dos bens por preço vil	397
22.7. Oposição de embargos à arrematação	400
22.8. Ação Anulatória de Arrematação	401
22.9. Modelo de Ação Anulatória de Arrematação.....	418
22.10. Embargos de Terceiros na Execução Fiscal	428
22.11. Modelo de Embargos de Terceiros.....	435
Artigo 23.	447
23.1. Hasta pública na execução fiscal	447
23.2. O segundo leilão: previsão jurisprudencial	448
23.3. O leiloeiro.....	449
Artigo 24.	455
24.1. A adjudicação dos bens penhorados	455
Artigo 25.	463
25.1. Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública.....	463
Artigo 26.	471
26.1. Cancelamento da inscrição de Dívida Ativa e suas consequências no processo executivo fiscal.....	471
26.2. Substituição da CDA.....	477
26.3. Embargos procedentes e honorários sucumbenciais	479
26.4. Cancelamento de injusta inscrição em Dívida Ativa e danos morais.....	483
26.5. Pagamento extrajudicial feito pelo executado e os honorários sucumbenciais	488
Artigo 27.	491
27.1. As publicações resumidas dos atos processuais: medida de economia processual	491
27.2. Requisitos indispensáveis à publicação dos atos processuais	491

Artigo 28.	495
28.1. Possibilidade de reunião de diversas execuções contra o mesmo devedor	495
Artigo 29.	503
29.1. Concurso de preferências dos créditos tributários	503
29.2. Duplicidade de penhora: executivo fiscal vs. processo falimentar	517
29.3. Ordem de preferência das pessoas jurídicas de direito público pelos créditos tributários	519
Artigo 30.	533
30.1. Bens passíveis de penhora	533
30.2. Bens impenhoráveis	534
Artigo 31.	545
31.1. Prova de quitação fiscal para alienação de bens	545
31.2. Concordância da Fazenda Pública para alienação de bens	547
Artigo 32.	549
32.1. Depósito judicial em favor da Fazenda Pública	549
32.2. Alterações introduzidas pela Lei nº 9.703/98	554
32.3. Atualização monetária dos depósitos: taxa SELIC	556
Artigo 33.	559
33.1. Averbação da sentença de improcedência no Registro da Dívida Ativa	559
Artigo 34.	561
34.1. Sentença igual ou inferior a 50 ORTN em execução fiscal	561
34.2. O reexame necessário	566
34.3. Recursos cabíveis contra a sentença de primeira instância e duplo grau de jurisdição	572
34.4. Recurso Especial e Recurso Extraordinário no executivo fiscal	576

34.5. O Executivo Fiscal de até 50 ORTNs e o Mandado de Segurança.....	580
34.6. Modelo de Embargos de Infringentes	586
Artigo 35.	589
35.1. A dispensa do revisor no julgamento das apelações.....	589
Artigo 36.	591
36.1. Recolhimento da Dívida Ativa e as normas procedimentais da Fazenda Pública.....	591
Artigo 37.	593
37.1. Responsabilidade do auxiliar de justiça por prejudicialidade à execução fiscal.....	593
37.2. Prazo para o cumprimento das diligências pelo oficial de justiça	594
Artigo 38.	597
38.1. Ações antiexacionais e Execução Fiscal	597
38.1.1. Mandado de Segurança.....	597
38.1.2. Ação Anulatória	617
38.2. Ajuizamento de ação antiexacional e renúncia aos recursos administrativos.....	624
Artigo 39.	631
39.1. Exclusão do pagamento de custas e emolumentos pela Fazenda Pública	631
39.2. Ressarcimento das despesas processuais ao final pela Fazenda Pública sucumbente.....	635
39.3. Exceções à regra da dispensa de antecipação de despesas processuais pela Fazenda Pública	636
39.4. A desistência de recursos na execução fiscal e a sucumbência	640
39.5. A possibilidade de concessão de gratuidade de Justiça à pessoa jurídica de direito privado.....	641

Artigo 40.	645
40.1. Casos de suspensão do processo executivo fiscal e da prescrição.....	646
40.2. A prescrição intercorrente e sua arguição de ofício pelo juiz: necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública	648
Artigo 41.	667
41.1. Extração de cópias ou certidões do processo administrativo fiscal	667
41.2. Exibição do processo administrativo fiscal mediante requisição do juiz	668
Artigo 42.	671
42.1. Vigência da Lei de Execução Fiscal.....	671
Modelo de Ação de Execução Fiscal	672
Modelo Certidão de Dívida Ativa – CDA	674

ANEXOS

Súmulas do Supremo Tribunal Federal – STF	681
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	687
Súmulas do Extinto Tribunal Federal de Recursos – TFR	701
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980	703
Exposição de Motivos da Lei de Execução Fiscal nº 223	715
Bibliografia	731